



**Universidade de Brasília**  
**CET - Centro de Excelência em Turismo**

Pós-graduação *Lato Sensu*

Curso de Especialização em Turismo e Desenvolvimento Econômico

**TURISMO E A QUESTÃO DE GÊNERO – O PAPEL DA MULHER  
NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL NO BRASIL**

MAYSA SENA DE CARVALHO

Brasília - DF  
Maio / 2008



**Universidade de Brasília**  
**CET - Centro de Excelência em Turismo**

Pós-graduação *Lato Sensu*

Curso de Especialização em Turismo e Desenvolvimento Econômico

**TURISMO E A QUESTÃO DE GÊNERO – O PAPEL DA MULHER  
NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL NO BRASIL**

MAYSA SENA DE CARVALHO

MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup>

*Trabalho apresentado ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília – CET-UnB, como requisito inicial à obtenção do Grau de Especialista em Turismo e Desenvolvimento Econômico*

Brasília - DF  
Maio / 2008

Carvalho, Maysa Sena.

Turismo e a questão de gênero – o papel da mulher no desenvolvimento do turismo rural no Brasil / Maysa Sena de Carvalho. Brasília, 2008.

f. : il.

Monografia (especialização) – Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, 2008.

Orientadora: Maria de Lourdes Rollemberg Mollo

1. Mulher. 2. Turismo Rural. 3. Desenvolvimento. 4. Agricultura Familiar I. II. : uma revisão.



**Universidade de Brasília**  
**CET - Centro de Excelência em Turismo**

Pós-graduação *Lato Sensu*

Curso de Especialização em Turismo e Desenvolvimento Econômico

**TURISMO E A QUESTÃO DE GÊNERO – O PAPEL DA MULHER  
NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL NO BRASIL**

MAYSA SENA DE CARVALHO

Aprovada por:

---

Professora Doutora Maria de Lourdes Rollemberg Mollo

---

Professora Doutora Iara Lúcia Gomes Brasileiro

Brasília, 08 de maio de 2008.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente aos meus pais, que sempre acreditaram no meu potencial. As minhas queridas irmãs Márcia, Melissa e Mariana que são fontes de luz da minha vida. Aos meus familiares queridos por todo amor e carinho, aos grandes amigos pelo companheirismo, aos professores pacientes e dedicados à sua profissão, aos colegas de trabalho do Ministério do Turismo pelo convívio e ensinamentos. De maneira especial agradeço a amiga Mara Flora Lottici Krahl idealizadora do tema deste trabalho.

**SUMÁRIO**

<b>RESUMO</b>	<b>vi</b>
<b>ABSTRACT</b>	<b>vii</b>
<b>LISTA DE FIGURAS</b>	<b>viii</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b>	<b>viii</b>
<b>LISTA DE QUADROS</b>	<b>ix</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b>	<b>x</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>01</b>
<b>2 MEIO RURAL, TURISMO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL</b>	<b>04</b>
<b>2.1 TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL</b>	<b>08</b>
<b>3 TURISMO RURAL – ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITO</b>	<b>14</b>
<b>4 TRABALHO FEMININO E TURISMO RURAL</b>	<b>29</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>41</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>45</b>
<b>ANEXO 1 – CARTA DE SANTA MARIA</b>	<b>45</b>
<b>ANEXO 2 – IMAGENS REGIÃO NORTE</b>	<b>46</b>
<b>ANEXO 3 – IMAGENS REGIÃO NORDESTE</b>	<b>46</b>
<b>ANEXO 4 – IMAGENS REGIÃO SUL</b>	<b>47</b>
<b>ANEXO 5 – IMAGENS REGIÃO SUDESTE</b>	<b>47</b>

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o papel da mulher com uma das principais agentes no desenvolvimento do turismo no âmbito das pequenas propriedades rurais no Brasil. Nesse sentido, parte da análise das transformações ocorridas no meio rural com o advento da pluriatividade sob o enfoque do turismo e as respectivas conseqüências na estrutura das famílias dos pequenos agricultores devido à expressiva participação das mulheres no segmento de turismo rural. Aborda o histórico do trabalho feminino e o grande número de atividades que a prática turística insere nas rotinas de trabalho da mulher rural e respectivas conseqüências.

**Palavras-chave:** mulher, turismo rural, desenvolvimento.

## ABSTRACT

This work dissertation aims to analyze the role of women as one of the main agents for the development of rural tourism provided under the scope of small rural properties in Brazil. In this sense, part of the analysis of the rural area transformations upon the multi-activities that have happened under the tourism view and the their relative consequences in the family structures of small size farmers was due to the expressive participation of women in this segment of rural tourism. It addresses the history of women's work and the great number of activities that fall in tourist practice routines of work of rural women and their consequences.

**Key-words:** woman, rural tourism, development.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Representação gráfica do triângulo perfeito – território e comunidade, prestadores de serviços e turistas	12
Figura 2. Cheiro do Sairé/Pará	46
Figura 3. Santarém/Pará	46
Figura 4. Território Alto Rio Negro/Amazonas	46
Figura 5. Território Alto Rio Negro/Amazonas	46
Figura 6. Maragogi/Alagoas	46
Figura 7. Maragogi/Alagoas	46
Figura 8. Rapadura de engenho/Ceará	47
Figura 9. Trilha ecológica em Baturité/Ceará	47
Figura 10. Vinho	47
Figura 11. Pesca	47
Figura 12. Cavalgada	47
Figura 13. Vista da Fazenda	47
Figura 14. Venda Nova do Imigrante /Espírito Santo	47
Figura 15. Domingos Martins/Espírito Santo	47
Figura 16. Fazenda	48
Figura 17. Panela de Barra	48

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Nível de instrução da população ocupada, segundo o sexo - Brasil – 1997	32
Gráfico 2. Percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com trabalho principal na semana de referência nas Atividades Características do Turismo, por grupos de anos de estudo - Brasil – 2003	35

- Gráfico 3. Percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com trabalho principal na semana de referência nas Atividades Características do Turismo, por sexo, segundo os grupos de anos de estudo - Brasil – 2003 36
- Gráfico 4. Percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com trabalho principal na semana de referência nas Atividades Características do Turismo, por posição na ocupação - Brasil – 2003 37
- Gráfico 5. Percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com trabalho principal na semana de referência nas Atividades Características do Turismo, por sexo, segundo a posição na ocupação - Brasil – 2003 38
- Gráfico 6. Percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com trabalho principal na semana de referência nas Atividades Características do Turismo, por sexo, segundo a categoria do emprego no trabalho principal - Brasil – 2003 38

## LISTA DE QUADROS

- Quadro 1. Distribuição dos ocupados rurais não-agrícolas segundo atividade econômica – Brasil 1995 09
- Quadro 2. Números absolutos e relativos de empreendimentos turísticos no espaço rural brasileiro – 2000 16
- Quadro 3. Números absolutos e relativos de empreendimentos turísticos no espaço rural da Região Norte - 2000 17
- Quadro 4. Números absolutos e relativos de empreendimentos turísticos no espaço rural da Região Nordeste - 2000 18
- Quadro 5. Números absolutos e relativos de empreendimentos turísticos no espaço rural da Região Sudeste - 2000 18
- Quadro 6. Números absolutos e relativos de empreendimentos turísticos no espaço rural da Região Sul - 2000 19
- Quadro 7. Números absolutos e relativos de empreendimentos turísticos no espaço rural da Região Centro-Oeste - 2000 19

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRATURR – Associação Brasileira de Turismo Rural

ACT – Atividades Características do Turismo

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

LEADER – “Liaison Entre Action de Développement de l’Économie Rurale”

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MTur – Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UnB – Universidade de Brasília

## 1. INTRODUÇÃO

Principal atividade do meio rural brasileiro, a agricultura sofreu inúmeras transformações ocorridas a partir do processo de modernização e industrialização que exigiu do agricultor alterações sociais e produtivas. A nova realidade do meio rural coloca o agricultor em novas atividades e funções, denominada pluriatividade<sup>1</sup>. Dessas novas atividades destaca-se o turismo, cuja renda por vezes é superior à própria atividade agrícola. Segundo Pires (apud RODRIGUES 2001),

*“O espaço rural não se define mais pela atividade agrícola, ou seja, o espaço rural já não é aquele tão somente tradicional, pois nele passou a ser introduzidas a produção de serviços e de bens não-agrícolas, com grande ênfase para aqueles de natureza turística e voltada para o lazer, a exemplo das chácaras de recreio, condomínios rurais, pesca amadora, recreação em rios e represas, entre outros”.*

Exposta essa questão, cabe uma abordagem sobre a diversificação das atividades e das transformações no meio rural, estudando-se o turismo rural como uma alternativa promissora, conforme a tendência mundial de anseio das populações dos grandes centros urbanos de “*volta ao caminho da roça*” LOTTICI (2003). Esse processo mundial, já considerado por alguns estudiosos como uma necessidade da sociedade urbana atual, não ocorre diferentemente no Brasil, embora o movimento turístico rural brasileiro ainda seja pequeno, diante da ampla extensão de suas zonas rurais. Para RODRIGUES (2001), no entanto, é exatamente o tamanho do país que proporciona uma correlação do turismo rural com a história e a cultura regionais, fazendo com que ele assuma características de um turismo rural tradicional (aí incluídas as origens agrícola, pecuarista e de colonização européia) e de um turismo rural contemporâneo (nas modalidades de hotel-fazenda, pousadas rurais, *spas* rurais, residências campestres, dentre outras).

---

<sup>1</sup> Definida por CARNEIRO (1998) como uma múltipla inserção no mercado de trabalho, uma alternativa à migração, à exclusão do processo produtivo e de cidadania, possibilitando a permanência no campo e assegurando a continuidade da atividade agrícola e uma determinada identidade social e cultural.

A partir da consolidação da pluriatividade no Brasil, que vem impondo mudanças de caráter multidimensional ao espaço rural, novas possibilidades de exploração do meio, como a de oferecer à população citadina novas formas de lazer relacionadas à natureza e ao consumo de *produtos caseiros* vêm sendo incorporadas de acordo com LOTTICI (2003). Aliadas ao desenvolvimento ocorrido nos últimos séculos através da industrialização verificaram-se alterações sócio-culturais acentuadas com a proliferação de cidades e metrópoles, o que leva a pessoa que vive no denominado meio urbano buscar em seu período de descanso alternativas distantes de sua realidade cotidiana. Deste modo a atividade turística inicia seu processo de diversificação da oferta em relação à demanda e o meio rural torna-se um dos ambientes mais requisitados, razão pela qual o turismo vem sendo trabalhado de maneira segmentada. Assim, a segmentação, conforme sinaliza o MINISTÉRIO DO TURISMO (2006), é entendido como forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado.

Para organizar os segmentos turísticos podem-se estabelecer dois enfoques: a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda. No que se refere à demanda segundo o MTur (2008) o consumidor de turismo rural busca a possibilidade de aproximação com a natureza, deseja experimentar e vivenciar os valores e o modo de vida local atrelado a elementos singulares da cultura, pela gastronomia típica, pela tradição e pelo modo como se dá a relação homem e natureza. No que tange à oferta, o espaço brasileiro se apresenta com recursos naturais e culturais únicos, possibilitam o desenvolvimento de diferentes experiências que definem tipos de turismo – Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo Rural, Turismo de Aventura, entre tantos outros.

Por outro lado, a nova apresentação da agricultura brasileira, configura-se uma crescente diversidade de atividades desenvolvidas por membros da família, na qual a mulher tem papel significativo. De acordo com Schneider, “é crescente o número de propriedades rurais em que a mulher tornou-se a principal responsável pela execução das operações agrícolas” (1999). Pesquisas realizadas em três regiões dos Andes (por Deere e León de Leal, apud PRESVELOU, ALMEIDA & ALMEIDA, 1996), Salientam a

participação da mulher nos trabalhos agrícolas pelo manejo de animais, preparo e plantio da terra até a comercialização, esta em menor escala. Além disso, a mulher é tida como uma das principais responsáveis pelo desenvolvimento de atividades não-agrícolas que, geralmente, mantêm um vínculo com as domésticas. Ela também busca, por meio da criação de agroindústrias, cooperativas de artesanato, atividades turísticas, novas fontes de renda para as unidades familiares.

*“Algumas encontraram emprego como professoras primárias ou atendentes de creche (com salários equivalentes a meio salário mínimo), ou dedicam-se ao artesanato (bordados, cerâmica, costura) e à venda em feira, e outras estão envolvidas com a atividade turística” (PRESVELOU, ALMEIDA & ALMEIDA, 1996).*

A partir desse contexto, o presente trabalho tem como principal objetivo analisar o papel da mulher com uma das principais agentes no desenvolvimento do turismo no âmbito das pequenas propriedades rurais no Brasil. Nesse sentido, procura-se entender o espaço rural e as transformações e alterações ocorridas a partir da modernização da agricultura, o advento da pluriatividade sobre o recorte da atividade turística caracterizado pelo turismo rural; e as funções e conseqüências do papel da mulher nesse cenário.

Inicia-se a análise pelo espaço rural, suas modificações até a multifuncionalidade, abordam-se os aspectos históricos e conceituais do turismo, até à idéia de desenvolvimento territorial. Contextualizam-se as primeiras discussões relativas ao tema.

Chega-se, então, segundo ao conceito oficial de turismo rural no Brasil e à análise da inserção e participação do gênero feminino, ressaltando os fatores que contribuem para essa participação, os possíveis benefícios e prejuízos.

Quanto aos aspectos metodológicos, no qual, segundo RUDIO (2001), “é aquela em que o pesquisador procura conhecer e interpretar a realidade, sem interferir para modificá-la”. Esse tipo de pesquisa tem como objetivos, descrever as características de determinada população, e também estabelecer as relações entre as variáveis, também descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los segundo GIL (1996).

## 2. MEIO RURAL, TURISMO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A disseminação e as transformações estruturais do sistema capitalista provocaram impactos diretos sobre o emprego, sendo este um dos principais problemas na sociedade contemporânea. O desemprego e as precárias relações de trabalho deixaram de ser problemas de um determinado país e tornaram-se questão global.

No caso brasileiro, segundo (MATTEI, 2008) o mercado de trabalho sofreu efeitos danosos, a partir do processo de estagnação econômica nas últimas décadas. Ocorreu aumento das oportunidades de trabalho no período de industrialização do pós-guerra, e o mercado de trabalho brasileiro tornou-se heterogêneo.

O início da década de 1980 é pautada por lento crescimento do emprego formal, deteriorando profundamente o mercado de trabalho. O meio rural brasileiro, especificamente a agricultura, também foi afetada com esse processo, gerando uma nova estrutura nas relações econômicas e sociais.

Segundo GRAZIANO DA SILVA et al. (2000), de maneira geral, existe uma separação cidade/campo que, de certa maneira traduz uma forma de desenvolvimento diferente para a agricultura. Historicamente falando, parte do desencadeamento de dois processos: a destruição de uma economia natural, baseada na retirada progressiva dos componentes que asseguravam a harmonia da produção – relação direta homem/natureza -, e o controle da natureza que busca, exatamente, recompor essa destruição através de uma reprodução artificial das condições naturais de produção. Esse processo implica na transformação das bases técnicas e vai culminar com a própria industrialização, sendo, por isso, denominada *industrialização da agricultura*. Isso representa uma subordinação da natureza ao capital, que liberta a produção agrícola das condições naturais, criando novas formas de se produzir, como é o caso da irrigação. Ao mesmo tempo, a agricultura deixa de ser uma esperança, transformando-se em uma certeza comandada pelo capital. Numa visão mais ampla, a agricultura passa a representar uma ramo

da aplicação do capital em geral e, em especial, do capital industrial que, tanto pode ser representativo da produção de insumos e de implementos agrícolas, com também do investimento direto com o próprio produto agrícola.

Diante dessas questões, especialmente os problemas, a sociedade observa a importância de manter os trabalhadores rurais nesse meio, garantindo, ao mesmo tempo, conservação ambiental, cultural, social e econômica. Nesse sentido, a unidade de produção agrícola apresenta alterações perceptíveis, devido ao aumento do número de pessoas das famílias de agricultores que possuem emprego fora das propriedades, seja pela combinação de diferentes atividades dentro das propriedades, como a implementação de atividades não-agrícolas nem sempre ligadas à produção agropecuária.

O meio rural encontra-se agora diante de uma nova ótica – a da multifuncionalidade da agricultura, tema lançado ao debate público há poucos anos, principalmente no âmbito da União Européia e especificamente na França, que se torna objeto de estudo de grande interesse. A perspectiva da agricultura multifuncional nasce em virtude das conseqüências negativas em termos sociais, ambientais e culturais da agricultura convencional, cuja função primária é de produzir bens – alimentos e fibras e matéria prima para produção de combustível, etc. A nova ótica se diferencia dos modelos anteriores por valorizar as peculiaridades do agrícola e do rural, e deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais – água, solos, biodiversidade e outros – e do patrimônio natural – paisagens, bem como pela qualidade de alimentos.

Ressalta-se que vários fóruns têm focado a atividade turística no meio rural ao debater formas mais justas e racionais de desenvolvimento, com destaque para o desenvolvimento local integrado. Nessa busca de alternativas para regiões e populações desfavorecidas pelos modelos econômicos excludentes predominantes, destaca-se a AGENDA 21 GLOBAL (1995), cujas discussões interessam a este trabalho, em particular as sobre o meio rural, sua descaracterização e empobrecimento, a degradação dos recursos naturais e da qualidade de vida das populações rurais. Estes temas

estão especificados no Capítulo 14 (item C), que trata da *Promoção do Desenvolvimento Rural e Agrícola Sustentável*:

*“(...) Quando for impossível intensificar os sistemas de cultivo será preciso identificar e desenvolver outras oportunidades de emprego – tanto em atividades agrícolas com não-agrícolas -, por exemplo indústrias de fundo de quintal, utilização de flora e fauna silvestres, aqüicultura e piscicultura, atividades não agrícolas como pequena indústria com base nos povoados rurais, transformação de produtos agrícolas, agroindústria, lazer, turismo, etc”.*

No entanto, a unidade de produção agrícola pode oferecer novos bens mercantis como é o caso do agroturismo e da prestação de serviços especializados a terceiros (MALUF, 2002).

Sobre esse tema, FARIA (2001) argumenta que:

*“o antagonismo entre crescimento econômico e sustentabilidade é próprio de uma sociedade capitalista, na qual a preocupação em garantir a continuidade do processo de industrialização, afetado pelo esgotamento de recursos, esbarra em uma lógica de mercado, alheia a estratégias de médio e longo prazo que priorizam benefícios sociais e ambientais em oposição à acumulação de renda e conseqüentemente disparidades econômicas”.*

Ao entender a sustentabilidade em uma abordagem sistêmica, essa autora considera três condições para atingi-la:

- a) o sistema não causa danos a outros sistemas;
- b) o sistema mantém padrões de vida em um nível que não cause desconforto físico ou descontentamento social aos componentes humanos;
- c) os componentes ecológicos são mantidos, dentro do sistema, em níveis de condições corrente ou melhores.

Nesse sentido, afirma FARIA (2001), essas condições incorporam três dimensões do sistema – espaço, tempo e estrutura, sendo que,

*“uma maneira de resolver a contradição entre sustentabilidade e renovação consiste em considerar a estrutura hierárquica do sistema, no qual partes do sistema (subsistemas) seriam reciclados para a manutenção do sistema total”.*

Nos últimos anos, essa contradição passou a refletir, de acordo com GRAZIANO DA SILVA (2001),

*“Também outras características da chamada modernidade, ou seja, uma suposta diferença entre uma vida agitada e violenta e a sensação de poder desfrutar de momentos de bucolismo. Os espaços mais cobiçados para esse fim são as áreas rurais mais próximas dos centros urbanos”.* (GRAZIANO DA SILVA, 2001)

Para ABRAMOVAY (apud BIANCHINI, 2001),

*“não existe uma definição universalmente consagrada de meio rural e seria vã a tentativa de localizar a melhor entre as atualmente existentes. Mas há um traço comum nos trabalhos europeus, norte-americanos e nas tentativas mais recentes da FAO<sup>2</sup>: o rural não é definido por oposição e sim na sua relação com as cidades. (...) Parece que a distinção entre o rural e o urbano tem cada vez menos a ver com o tipo de atividade exercida pelos indivíduos que aí residem, mesmo porque o crescimento das atividades não-agrícolas nas áreas ditas rurais é uma tendência mundial.”* (ABRAMOVAY, apud BIANCHINI, 2001)

*“Ocorre, em todo o mundo, uma crescente revalorização de um rural multifuncional que exige um novo olhar sobre as populações rurais e as funções dos territórios rurais. (...) Base da dominação do campo pela produção agrícola, o espaço rural vê hoje sua dimensão ampliada, o que interfere diretamente nos seus modos de uso. Vão surgindo novas formas de relação entre o homem e o território onde as necessidades da produção agrícola são apenas um componente – e cada vez mais – e cada vez mais importante – na utilização do espaço”.* (ABRAMOVAY, apud BIANCHINI, 2001)

A atividade de turismo rural é uma possibilidade de garantir a permanência do agricultor no campo, devido ao caráter dinâmico e crescente especialmente no que se refere ao agricultor familiar. No Brasil, ao observar a agricultura familiar segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, existem 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, que representam 84% dos estabelecimentos rurais do país. Para indicadores de mão-de-obra no campo 77% estão ocupados na agricultura familiar, gerando 37,8% do valor bruto de produção agropecuária (incluindo os assentamentos de reforma agrária), e também é responsável pela produção dos principais alimentos consumidos pela população, entre eles: 84% da mandioca, 67% do feijão, 54% do leite, 49% do milho, 40% de aves e ovos e 58% dos suínos.

Ao analisar tais indicadores, pode-se aproximar a dimensão de tal atividade no país, e a importância especialmente no aspecto econômico que a agricultura familiar representa para a população rural que aliada ao turismo o torna-se uma alternativa de destaque para atenuar o desequilíbrio social.

Apresenta-se, no quadro 1 a seguir, a distribuição dos ocupados rurais não-agrícolas. Para ilustrar essa realidade destaca-se o item prestação de serviços que abarca a atividade de turismo rural (tem-se 30% do total de pessoas ocupadas).

---

<sup>2</sup> Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

**Quadro 1**  
**Distribuição dos ocupados rurais não-agrícolas**  
**segundo atividade econômica – Brasil 1995**

Atividade econômica	Total (em 1.000 pessoas)	%
Prestação de serviços	1.174	30,00
Indústria	911	23,00
Serviço público	714	18,00
Comércio	528	13,00
Construção	419	11,00
Transporte e comunicação	146	4,00
Outros	38	1,00
<b>TOTAL DE OCUPADOS</b>	<b>3.930</b>	<b>100,00</b>

Fonte: DIEESE. A situação do Trabalho no Brasil

A partir desse contexto, busca-se alternativas de desenvolvimento para o meio rural, no entanto, pautadas sobre uma nova ótica a da sustentabilidade que abordaremos a seguir.

## 2.1 TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Turismo é um fenômeno que deve ter surgido com os babilônios por volta de 4000 a.C. tal como justifica MCINTOSH (apud IGNARRA, 1998):

*“El invento del dinero por los sumerios (babilonios) y el auge del comercio que se inició aproximadamente en el año 4000 a.C., tal vez señale el comienzo de la era moderna de los viajes. Los sumerios fueron los primeros en concebir la idea del dinero, y en aplicarla a sus transacciones comerciales. (También inventaron la escritura y la rueda, por lo que se les podría considerar como los fundadores de los viajes). El hombre podía pagar por el transporte y el alojamiento ya fuera con dinero o por trueque de bienes”.*

Constam registros de viagens pelo mundo antes mesmo da era cristã destinos como Egito, Grécia, Fenícia, China e Índia.

No final da Idade Média, com o advento do capitalismo comercial, o número de viagens cresce, e conseqüentemente ocorre aumento de vias de circulação ao longo do território europeu, justificada pelas grandes feiras realizadas com troca de mercadorias. Com a necessidade de ampliar o

comércio procuram-se novas rotas de acesso que incluem roteiros marítimos, primeiramente ligando a Europa à África.

As grandes navegações marcam os séculos XV e XVI quando a expansão do capitalismo é evidenciada e novos hábitos são adquiridos. No século XIX, com a criação de ferrovias, o turismo ganhou grande impulso. Em 1941, Thomas Cook organiza uma viagem de trem para 570 passageiros, entre as cidades de Leicester e Loughboroug, na Inglaterra com os bons resultados obtidos após esta viagem cria-se a primeira agência de viagem do mundo (IGNARRA, 1998).

Com a criação da aviação, a atividade turística afirmou-se, conhecendo o seu desenvolvimento definitivo. No Brasil, tal como sugere TRIGO (2002), a atividade inicia-se com a chegada dos portugueses nas viagens exploratórias e de reconhecimento.

São muitas as definições para turismo, no entanto, a OMT – o define como: “o deslocamento para fora do local de residência por período superior a 24 horas e inferior a 60 dias motivado por razões não – econômicas” (apud IGNARRA, 1998). Autores como ANDRADE, (1998) definem “turismo como o conjunto de serviços que tem por objetivo o planejamento, a promoção e a execução de viagens, e os serviços de recepção, hospedagem e atendimento aos indivíduos e aos grupos, fora de suas residências habituais”.

JAFARI (1994) apresenta uma definição holística no início da década de 90:

*“é o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre o ambiente físico, econômico e sócio cultural da área receptora”.* (JAFARI, 1994)

Como observado pela diversidade de definições, o turismo é um fenômeno complexo, que envolve um elemento dinâmico – a viagem – e um elemento estático – a estada. Entende-se que as pessoas desenvolvem atividades diferentes de seus cotidianos, em um período de tempo predeterminado, retornando a sua residência. A visita ao local não visa lucro, portanto, as motivações devem obedecer a razões pessoais. A procura ocorre de forma livre por espontânea vontade.

A viagem é apenas uma parte da atividade, pois as pessoas viajam por motivos alheios ao turismo, no entanto, utilizam os mesmo serviços. Outro elemento essencial para definir turismo é a preparação envolvida, equipe de planejamento para receber e prestar serviços no local, e toda a infraestrutura necessária para a efetivação da viagem.

Para que se compreenda a relação turismo e desenvolvimento, é preciso apreender este último termo. Ele remete à idéia de progresso, de expansão, de aumento de capacidade e possibilidades. Desenvolvimento, conforme assinalada a Organização das Nações Unidas (ONU), na conhecida Declaração sobre o Direito dos Povos ao Desenvolvimento, de 18 de outubro de 1993:

*“é um processo econômico, social, cultural e político abrangente, que visa constante melhoramento do bem-estar de toda a população e de cada pessoa, na base de sua participação ativa, livre e significativa e na justa distribuição dos benefícios resultantes dele”.* (ONU, 1993)

BOFF (2003) acrescenta um sentido de integridade, de dimensão psicológica e espiritual do ser humano:

*“Dito em termos simples, o desenvolvimento social visa melhorar a qualidade de vida humana enquanto humana. Isso aplica em valores universais como vida saudável e longa, educação, participação política, democracia social e participativa e não apenas representativa, garantia de respeito aos direitos humanos e de proteção contra a violência, condições para uma adequada expressão simbólica e espiritual. Tais valores somente se alcançam se há um cuidado na construção coletiva do social, se há convivialidade entre as diferenças, cordialidade nas relações sociais, compaixão com todos aqueles que sofrem ou se sem à margem, criando estratégias de compensação e de integração. Cuidado especial merecem os doentes, os idosos, os portadores de algum estigma social, os marginalizados e excluídos. Por eles se mede o quanto de sustentabilidade e de cuidado essencial realiza uma sociedade”.* (BOFF, 2003)

Atualmente o termo ganha complemento e denomina-se desenvolvimento sustentável: que segundo a *WORLD COMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT*, (1987):

*“é o desenvolvimento que atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a habilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”.* (*WORLD COMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT*, 1987)

Outra reformulação do conceito de desenvolvimento ocorreu com os organismos supranacionais que adotaram novas perspectivas de desenvolvimento baseadas no capital social e não apenas no PIB (Produto

Interno Bruto) e renda (per capita). Como exemplo cita-se a criação do indicador IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cuja base está em aspectos sociais como (saúde, educação, entre outros).

De forma geral, o desenvolvimento sustentável requer da sociedade efetiva participação, cultivo à tolerância, paciência, compaixão e o cuidado que é imprescindível para o verdadeiro entendimento da sociedade dita sustentável. (BOFF, 2003).

Seguindo essa vertente, surge segundo RUSCHMANN (2000), o conceito de turismo sustentável criado para evitar os riscos que a condução inadequada da atividade pode provocar no meio ambiente. Esse setor da economia tal como justifica KRIPPENDORF (apud RUSCHMANN, 2000) é visto como um triângulo perfeito – (habitantes e ambiente, turista e prestadores de serviços) conforme ilustrado a seguir na Figura 1.

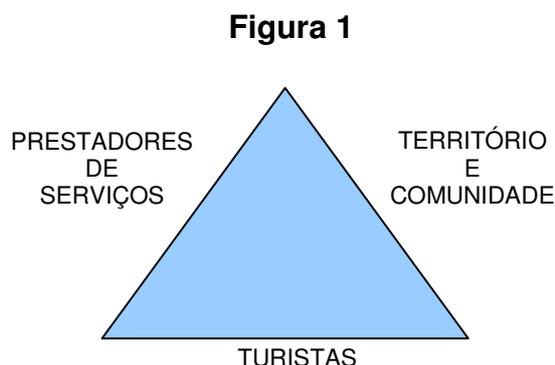


Figura1. Representação gráfica do triângulo perfeito – território e comunidade, prestadores de serviços e turistas.

Na tentativa de beneficiar mais amplamente as populações e as comunidades com o desenvolvimento, a partir da década de 1990 inicia-se a abordagem sustentada no desenvolvimento com base no território. Surge uma nova temática denominada desenvolvimento territorial endógeno, conforme ZAPATA (2007):

*“Trata-se de uma estratégia e de um processo intencional dos atores, das pessoas de um determinado território, para, a partir de seus ativos, de usar potencialidades e vocações, construir um projeto de desenvolvimento com mais participação social, mais equidade e sustentabilidade”. (ZAPATA, 2007)*

Ainda sob a ótica dessa autora, o território passa a ser entendido além das dimensões de espaço, compreende e caracteriza-se através da identidade cultural, seu patrimônio natural, organização e capacidade de planejar. O endógeno refere-se à capacidade dos atores planejarem e definirem suas necessidades, pois são os melhores para identificar e construir o desenvolvimento de seu território evidenciando que são necessárias articulações com atores externos. Contudo, as decisões de implementação são conduzidas e acertadas pelo poder local. A criação de redes é outro fator relevante neste tipo de abordagem, pois são estruturas com objetivos comuns que oferecem trocas de informações e experiências para o fortalecimento do desenvolvimento. A questão da sustentabilidade também é citada como fundamental para que o desenvolvimento perpetue-se de forma adequada sem comprometer as futuras gerações.

Para ZAPATA (2007) é fundamental a importância do capital humano e social, a atuação das pessoas através de suas habilidades e competências de forma organizada e articulada. Outro fator importante para a promoção do desenvolvimento territorial é o fortalecimento das micro e pequenas empresas e da agricultura familiar, a partir dos arranjos e das cadeias produtivas, que são organizadas por atividades, que geram um produto ou serviço final. Estas pequenas empresas unem-se para realizar compras mais acessíveis com um determinado fornecedor, ou para facilitar a venda de seus produtos, entre tantos outros elementos.

O desenvolvimento territorial busca além de dinamizar os aspectos econômicos, valorizar a dimensão social, cultural, ambiental e político-institucional, ou seja, a sustentabilidade. Todos os aspectos são entendidos como fundamentais. A construção do território é realizada com a cultura local, com o ambiente natural, as ações políticas institucionais, etc.

Segundo ZAPATA (2007), deseja-se desenvolver a democracia participativa, que não segrega e sim inclui pessoas. As propostas e realizações são elaboradas de pessoas para pessoas e a organização da comunidade é fundamentada com a efetiva participação nas decisões políticas.

A idéia de desenvolvimento territorial surgiu de forma a contemplar não apenas o desenvolvimento do território físico, mas a sua

comunidade. Trata-se de mobilizar o patrimônio territorial da comunidade territorial. O chamado meio rural não é exclusivamente agropecuário e a diversidade de atividades existentes nestas regiões deverá ser identificada e compreendida. Assim, a abordagem de desenvolvimento territorial se torna um instrumento importante para discutir a questão do turismo rural.

Ao analisar o território sob a ótica do endógeno se encontram elementos que norteiam a sustentabilidade do turismo em todas suas dimensões. Na dimensão econômica pode se afirmar que ao desenvolver atividades turísticas em áreas menos favorecidas como turismo rural na agricultura familiar brasileira se permite que a renda gerada fique nesta região. Na dimensão social se pode concluir que há geração de emprego e renda para a comunidade local e por vezes para comunidades do entorno.

A cultura também é fator de extrema sensibilidade e se encontra em processo de constante transformação, seja através do resgate de tradições ou mesmo para eliminar possíveis manifestações equivocadas. É fundamental que não se destrua a cultura com hábitos e tradições dos turistas. Muitas vezes o fator motivador da visita será exatamente a manifestação cultural da comunidade. O meio ambiente, seja natural ou construído, é ferramenta de trabalho para o turismo e sua conservação se vincula com a garantia da atividade a longo prazo.

### 3. TURISMO RURAL – ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITO

Como citado anteriormente, têm-se notícias de movimentos turísticos pelos povos babilônios por volta de 4000 a.C. e acredita-se que uma das possíveis origens da atividade turística em meios rurais remonta à antiga Roma, em virtude da busca dos imperadores e guerreiros pelo bucolismo do campo, para fugir do cotidiano das cidades até então conhecidas como *polis* (ROQUE, 2004).

*“Mil anos depois, o Egito já recebia turistas para contemplar a beleza do Rio Nilo e das grandes pirâmides. Já na Idade Média, enquanto os jovens aristocratas ingleses faziam longas viagens denominadas “grand tour”, nobres retornavam ao campo, mesmo que temporariamente, à procura do descanso e lazer”.* (ROQUE, 2004)

Na Espanha, no início do século XI têm-se indícios das primeiras hospedarias rurais. Somente após a Revolução Industrial ocorre a transferência populacional da região rural para urbana. Conseqüentemente, há retorno para as áreas de campo com objetivo de visitar parentes e amigos, e reviver o cotidiano da realidade rural. O berço do turismo rural é a Alemanha que há mais de 150 anos mantém empreendimentos turísticos rurais, denominadas fazendas hospedeiras (ROQUE, 2004).

Ao abordar o turismo rural é preciso compreender suas características e a sua dinâmica. Desta forma, inicia-se uma contextualização a partir de seu surgimento e desenvolvimento no mundo. Para esta abordagem é fundamental observar o histórico e as nuances no território brasileiro. As atividades turísticas no meio rural são conhecidas nos Estados Unidos desde a década de 1950. Na União Européia, elas se iniciam com a criação do programa LEADER<sup>3</sup>, em 1991. Nesse contexto muitos países passaram a implementar políticas de apoio ao turismo rural e outras atividades não-agrícolas, criadas como estratégias de revitalização de territórios rurais. Destacam-se as iniciativas da Alemanha, Espanha, Portugal, Suíça, França, Itália, Áustria, entre outros. Com o exemplo desses países, outros têm sido motivados a esse tipo de turismo como fórmula de criação de postos de

---

<sup>3</sup> Ligações entre as Ações de Desenvolvimento Rural – LEADER: programa comunitário de desenvolvimento rural cujos fundos são administrados pelos respectivos Ministérios da Agricultura dos países membros

trabalho e valorização do patrimônio natural e histórico. Para América Latina citam-se o Chile, a Argentina e Uruguai, nos quais houve aumento de ocupações gerados pela produção de serviços turísticos no meio rural e, conseqüentemente, dos fluxos de turistas. Na América do Sul o turismo rural se destaca na Argentina que no final da década de 1960 os proprietários de grandes estâncias no período de baixa rentabilidade abrem suas portas para hospedar turistas de caça e pesca que se apresenta como um negócio lucrativo.

Há poucas décadas, quando o Brasil ainda era tido como um país rural por apresentar mais da metade de sua população vivendo no campo (DIAS, 1996), o litoral era o principal movimento turístico brasileiro. O meio rural, atualmente vem sendo um dos mais procurados destinos de fluxos turísticos, e o potencial para o desenvolvimento da atividade é praticamente ilimitado. Embora ainda está em fase inicial do seu potencial de aproveitamento, observam-se que os fluxos turísticos para a periferia estão cada vez mais intensos, confirmando a tendências de crescimento desse segmento turístico.

Conforme indicados a seguir, os quadros, de acordo com a ABRATURR (Associação Brasileira de Turismo Rural), mostram-se alguns números sobre a atividade turística no espaço rural brasileiro (Quadros 2, 3, 4, 5, 6,7).

## Quadro 2

### Números absolutos e relativos de empreendimentos turísticos no espaço rural brasileiro

Região	Valores Absolutos	Valores Relativos
Norte	176	3,62
Nordeste	436	9,05
Centro oeste	588	12,12
Sudeste	2.706	55,78
Sul	942	19,41
Total	<b>4.851</b>	<b>100,00</b>

Fonte: ABRATURR, 2000.

No Quadro 2 se destaca a Região Sudeste, que dos quase cinco mil empreendimentos turísticos concentra mais de metade, seguida da Região Sul, com 19,62%; a Região Centro-Oeste, com pouco mais de 9%; e a Região Norte desponta com menos de 4%. Isso demonstra que a pluriatividade (ou multifuncionalidade da agricultura) é muito mais acentuada nas regiões Sudeste e Sul.

### Quadro 3

#### Números absolutos e relativos de empreendimentos turísticos no espaço rural da Região Norte

<b>NORTE</b>	<b>Valores Absolutos</b>	<b>Valores Relativos</b>
Amazonas	77	47,75
Pará	33	18,75
Acre	9	5,11
Amapá	5	2,84
Rondônia	28	15,91
Roraima*	-	-
Tocantins	24	13,64
<b>Total</b>	<b>176</b>	<b>110,00</b>

Fonte: ABRATURR, 2000.

\*Não se conseguiu informação

Os quadros 3, 4, 5 e 6 mostram a distribuição desses empreendimentos por Unidade de Federação, e refletem a diferenciação regional como uma das características que conferem autenticidade ao Turismo Rural, de acordo com a especificidade do ambiente, da economia, da história, das tradições e da cultura popular.

Nos Estados da Região Norte, à exceção do Amapá, estão incluídos hotéis e pousadas de selva, e atividades turísticas relacionadas à pesca e ao extrativismo, sendo que o Amazonas concentra o maior número de empreendimentos.

#### Quadro 4

### Números absolutos e relativos de empreendimentos turísticos no espaço rural da Região Nordeste

NORDESTE	Valores Absolutos	Valores Relativos
Alagoas	27	6,19
Maranhão	10	2,29
Ceará	8	1,83
Piauí	39	8,95
Rio Grande do Norte	26	5,96
Paraíba	21	4,86
Pernambuco	64	14,68
Sergipe	19	4,36
Bahia	222	50,92
Total	<b>439</b>	<b>100,00</b>

Fonte: ABRATURR, 2000.

Na Região Nordeste, a liderança é do Estado do Bahia, seguida de longe por Pernambuco e Piauí. Exceto Sergipe, nos outros estados foram considerados os sítios/fazendas de eventos (vaquejadas e outras manifestações folclóricas).

#### Quadro 5

### Números absolutos e relativos de empreendimentos turísticos no espaço rural da Região Sudeste

SUDESTE	Valores Absolutos	Valores Relativos
Minas Gerais	1.147	42,39
Rio de Janeiro	321	11,86
Espírito Santo	266	9,83
São Paulo	972	35,92
Total	<b>2.706</b>	<b>100,00</b>

Fonte: ABRATURR, 2000.

Nos Estados da Região Sudeste, Minas Gerais detém o recorde no número de propriedades rurais que oferecem serviços turísticos, aparecendo em segundo lugar o Estado de São Paulo, muito embora neste último encontre-se o maior público potencial para o Turismo Rural. Isso evidencia a necessidade dos produtores rurais de Minas Gerais de obterem maior renda, onde a pluriatividade é mais acentuada. Ressalta-se que, a não ser no Rio de Janeiro, nos outros Estados foram considerados os eventos que

têm como principal atrativo as manifestações folclóricas das comunidades rurais.

### Quadro 6

#### Números absolutos e relativos de empreendimentos turísticos no espaço rural da Região Sul

SUDESTE	Valores Absolutos	Valores Relativos
Paraná	219	23,25
Santa Catarina	337	35,77
Rio Grande do Sul	386	40,98
Total	<b>942</b>	<b>100,00</b>

Fonte: ABRATURR, 2000.

A Região Sul, considerada o berço do autêntico Turismo Rural, onde os pioneiros criaram a marca Turismo Rural no Brasil e lhe definiram a essência, tem nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina quantidades muito próximas de estabelecimentos, acompanhados de perto pelo Paraná. Observa-se que nesses valores estão incluídas as festas religiosas no interior, que ocorrem em toda a Região.

### Quadro 7

#### Números absolutos e relativos de empreendimentos turísticos no espaço rural da Região Centro-Oeste

CENTRO-OESTE	Valores Absolutos	Valores Relativos
Distrito Federal	57	9,69
Goiás	49	8,33
Mato Grosso	101	17,18
Mato Grosso do Sul	381	64,70
Total	<b>588</b>	<b>100,00</b>

Fonte: ABRATURR, 2000.

Na Região Centro-Oeste, os Estados de Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso são os que possuem maior número de empreendimentos turísticos no espaço rural, devido à grande quantidade de fazenda e pousadas pantaneiras (lidas com gado, comitivas, pesca). Só as localizadas em Mato Grosso do Sul equivalem a mais que o triplo da soma das situadas no Distrito

Federal e em Goiás, sendo que as de Mato Grosso significam quase o mesmo dessa soma.

De acordo com LOTTICI (2003) ao analisar tal levantamento efetuado pela ABRATURR em 2000, foram identificados quase cinco mil propriedades e eventos rurais espalhados pelo país e que são divulgados como atividade turística. Desses, somente em 68% foi possível obter informações sobre alguns aspectos que para a ótica desse trabalho são relevantes como: 1) Quem administra os negócios turísticos no campo; 2) Qual o tamanho da área das propriedades; 3) Quem e quantos trabalham no turismo rural; 4) Que tipo de produção é voltada para a atividade turística; 5) Quais os principais atrativos e serviços oferecidos.

Ainda segundo a autora com relação ao primeiro aspecto, constatou-se que 92% dos negócios turísticos no campo são conduzidos por mulheres, esse item será trabalhado a seguir quando abordaremos a questão de turismo rural e trabalho feminino. O segundo aspecto, o tamanho da área da propriedade, mostra que 43% das iniciativas turísticas no campo situam-se em áreas de até 50 hectares, o que corresponde, na maioria dos casos, uma atividade tipicamente familiar; 31% delas estão localizadas em áreas de 51 a 250 hectares; 19% possuem entre 251 a 1500 hectares e; apenas 7% dos empreendimentos apresentam áreas acima de 1500 hectares. Tais indicadores revelam que, quanto menor a área da propriedade rural, mais os produtores rurais tornam-se multifuncionais ou pluriativos, pois são os que mais padecem com a queda dos preços dos seus produtos tradicionais e, conseqüentemente, são os mais atingidos pelo processo de empobrecimento do campo. Atividade turística é apenas uma das muitas tentativas que o pequeno proprietário possui para minimizar a perda acentuada de renda que assola o meio rural.

No que se refere ao terceiro aspecto – quem e quantos trabalham no turismo rural soube-se que 69% das pessoas ocupadas são consideradas de mão-de-obra local (familiares de empregados de uma propriedade e/ou de glebas vizinhas); 28% desses trabalhadores constitui-se de mão-de-obra exclusivamente familiar (a família do produtor rural); e apenas 3% são trabalhadores contratados em outros centros. Do total dessas pessoas, entre patrões e empregados, chegou-se à média de 14 pessoas ocupadas por

propriedade. Na análise dessas porcentagens percebe-se que os postos de trabalho proporcionados pela atividade turística são ocupados quase que totalmente (97%) pelas pessoas da unidade receptora e das propriedades vizinhas, aspecto singular, pois, é um dos fatores que caracteriza o autêntico turismo rural.

O quarto item, quanto ao tipo de produção voltada para a atividade turística, apontou que 61% deles lidam com animais de pequeno, médio ou grande porte; e em 39% dos estabelecimentos são produzidas hortaliças, frutas e grãos, sendo estes, além de consumidos pelos turistas na propriedade, são também comercializados. Ainda sobre a produção a autora verificou que 72% dos empreendimentos vendem ao turista artesanato local (próprio, de vizinhos ou típicos da região); e 28% possuem agroindústria artesanal (embutidos, queijos, doces, cachaças e licores, servidos aos turistas no próprio empreendimento e também ali comercializados).

O último aspecto refere-se aos principais atrativos e serviços oferecidos aos turistas, identificados na ordem a seguir (i) gastronomia típica; (ii) recursos hídricos, como componente da paisagem rural e como possibilidade de práticas de atividades de recreação, esportivas, de contemplação e turísticas (rios, cachoeiras, lagos, piscinas, represas); (iii) trilhas em campos, matas e montanhas; (iv) arquitetura, história, folclore, música, cantigas de rodas e folguedos típicos, etc, (talentos locais); (v) lidas rurais, como cavalgadas, manejo, ordenha, cultivo, colheita, etc; (vi) recreação, jogos e outros esportes; (vii) fauna e flora nativas preservadas e valorizadas; e (viii) temas de caráter religioso e místico. Embora estas informações estejam expressas numericamente, pode-se notar que os atrativos mais ofertados são: comidas típicas; paisagem e atividades diretamente relacionadas à presença de água; elementos históricos e arquitetônicos, e manifestações folclóricas da região; lidas tipicamente rurais.

Contextualizar a atividade turística no meio rural brasileiro é importante. Contudo, são necessárias algumas observações e reflexões acerca do que é oficialmente considerado rural no Brasil. É importante, também, a análise dos aspectos de maior relevância, que interferem diretamente no desenvolvimento do turismo rural.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2000), cerca de 80% da população brasileira é considerada urbana. Porém, a metodologia utilizada por esse instituto é questionada por alguns pesquisadores, especialmente por ELI DA VEIGA (2001), no que se refere à definição de cidade e ao corte rural/urbano. Ele desconstrói o conceito oficial de populações rural e urbana, afirmando que deveriam ser apresentados como urbanos apenas 455 dos 5.507 municípios brasileiros (menos de 60% da população), sendo que a maioria deles – 4.485 – seriam rurais, e os demais, como outras categorias. Tal classificação é feita com base nos seguintes critérios: localização, tamanho da população e densidade.

GRAZIANO DA SILVA (2000), em uma outra abordagem, entende que a introdução de um parâmetro de corte com base nas atividades praticadas pelas pessoas (agrícolas e não-agrícolas) para estabelecer a situação de rural ou urbano do aglomerado onde residem não é adequada. Nesse enfoque, a distinção entre rural e urbano parece ter cada vez menos a ver com o tipo de atividade praticada pelos residentes, pois justamente o acentuado crescimento das atividades não-agrícolas tem se mostrado característico nas áreas denominadas rurais no mundo.

Para fundamentar a construção e instrumentos de políticas públicas voltadas ao meio rural, no âmbito do governo federal, algumas tentativas vêm sendo realizadas. Como exemplo, cita-se o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que adota um conceito que pode referenciar as ações relacionadas ao turismo no espaço rural. Neste sentido, os territórios rurais são compreendidos como:

*[...] um espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. Predominância de elementos "rurais", sobretudo a paisagem e os elementos constitutivos da cultura, valores, história e economia. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2005)*

A sociedade contemporânea concebe o meio rural com características gerais e predominantemente pela destinação da terra. Com

base dessa referência e válido ressaltar que os territórios rurais abrigam diferentes experiências e atividades conforme (GRAZIANO DA SILVA et al., 2000).

*“Todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: Turismo Rural, Turismo Ecológico ou Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Negócios, Turismo de Saúde, Turismo Cultural, Turismo Esportivo, atividades estas que se complementam ou não”.* (GRAZIANO DA SILVA et al., 2000)

Muitas das práticas de lazer e outras atividades executadas neste meio não é necessariamente turismo rural. Sendo assim, compreende-se o espaço rural como um recorte geográfico no qual o turismo rural ocorre.

O Ministério do Turismo adota a conceituação cujos fundamentos são construídos a partir de aspectos que se referem ao turismo, ao território, à base econômica, dos recursos naturais e culturais e à sociedade. Desta forma, define-se que:

*“Turismo Rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”.* (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2003)

Tal conceito compreende um detalhamento de idéias conforme orientam as diretrizes (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2003):

#### **a) atividades turísticas no meio rural**

*As atividades de turismo rural constituem-se da oferta de serviços, equipamentos e produtos de:*

- *Operação e agenciamento.*
- *Transporte.*
- *Hospedagem.*
- *Alimentação.*
- *Recepção à visitação em propriedades rurais.*
- *Recreação, entretenimento e atividades pedagógicas vinculadas ao contexto rural.*

- *Eventos.*
- *Outras atividades complementares às acima listadas, desde que praticadas no meio rural e que existam em função do turismo ou que se constituam no motivo da visitação.*

### **b) meio rural**

*A concepção de meio rural aqui adotada baseia-se na noção de território, com ênfase no critério da destinação da terra e na valorização da ruralidade. Assim, considera-se território um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizados por critérios multidimensionais, como ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.*

*Nos territórios rurais, tais elementos manifestam-se, predominantemente, pela destinação da terra, notadamente focada nas práticas agrícolas e na noção de ruralidade, ou seja, no valor que a sociedade contemporânea concebe ao rural. Tal valor contempla as características mais gerais do meio rural: a produção territorializada de qualidade, a paisagem, a biodiversidade, a cultura e certo modo de vida, identificados pela atividade agrícola, a lógica familiar, a cultura comunitária, a identificação com os ciclos da natureza.*

### **c) Comprometimento com a produção agropecuária**

*É a existência da ruralidade, de um vínculo com as coisas da terra. Dessa forma, mesmo que as práticas eminentemente agrícolas não estejam presentes em escala comercial, o comprometimento com a produção agropecuária pode ser representado pelas práticas sociais e de trabalho, pelo ambiente, pelos costumes e tradições, pelos aspectos arquitetônicos, pelo artesanato, pelo modo de vida, considerados típicos de cada população rural.*

**d) agregação de valor a produtos e serviços**

*A prestação de serviços relacionados à hospitalidade em ambiente rural faz com que as características rurais passem a ser entendidas de outra forma que não apenas focadas na produção primária de alimentos. Assim, práticas comuns à vida campesina, como manejo de criações, manifestações culturais e a própria paisagem, passam a ser consideradas importantes componentes do produto turístico rural e, conseqüentemente, valorizadas por isso.*

*A agregação de valor também se faz presente pela possibilidade de verticalização da produção em pequena escala, ou seja, beneficiamento de produtos in natura, transformando-os para que possam ser oferecidos ao turista, sob a forma de conservas, embutidos, produtos lácteos, refeições e outros.*

**e) resgate e promoção do patrimônio cultural e natural**

*O turismo rural, além do comprometimento com as atividades agropecuárias, caracteriza-se pela valorização do patrimônio cultural e natural como elementos da oferta turística no meio rural. Assim, os empreendedores, na definição de seus produtos de turismo rural, devem contemplar com a maior autenticidade possível os fatores culturais, por meio do resgate das manifestações e práticas regionais (como o folclore, os trabalhos manuais, os costumes, as festas, os “causos”, a gastronomia etc.), e primar pela conservação do ambiente natural, da paisagem e cultura (o artesanato, a música, a arquitetura etc.).*

Independentemente desses conceitos e critérios, é fato que a atual conjuntura tem gerado mudanças comportamentais no modo de vida das pessoas, não importa se consideradas rurais ou urbanas. Isso tudo vem influenciando, também, nas necessidades de turismo ora demandadas. Assim, quando se pensa em opções de turismo, o retorno à tranqüilidade da vida no campo como uma forma de aliviar as tensões provocadas pelo cotidiano dos grandes centros urbanos está em ascensão.

Referente à importância do agroturismo destaca-se a coletânea organizada por RODRIGUES (1996), que traz um artigo de Carminda Cavaco (apud GRAZIANO DA SILVA et al., 2000), que relata ensinamentos a partir das experiências européias de desenvolvimento local como descritas abaixo:

*“Propostas de valorização dos produtos agrícolas com planos de desenvolvimento do artesanato e de atividades ligadas ao turismo e à cultura, tais como feiras e festas centradas em temas regionais e locais: produtos, trabalhos, tradições, jogos e cantares, comer, sabores e cheiros (...). Em síntese, para lá do crescimento econômico (...) importa o desenvolvimento, que é simultaneamente econômico e social, e também territorial, e envolve processos de mudança estrutural, produção social significativa, redistribuição mais equilibrada da riqueza, melhoria dos rendimentos, das condições de vida e das expectativas, sobretudo dos grupos sociais menos favorecidos”. CAVACO (apud GRAZIANO DA SILVA et al., 2000).*

A autora utiliza com base no conceito de regeneração do rural utilizado por Leal (1995), um novo papel para o meio rural, após resolvida a questão do abastecimento alimentar, que para o mundo ocidental é função primária dos espaços rurais. Desta forma a autora propõe novas funções não-agrícolas do meio rural:

- a) equilíbrio territorial, compensando os efeitos do despovoamento, induzido pela concentração urbana;
- b) equilíbrio biológico, com conservação dos ecossistemas e dos processos biológicos;
- c) produção de paisagem de qualidade, aberta e natural;
- d) produção de recursos, notadamente de água limpa, recurso natural cada vez mais raro;
- e) suporte de atividades, distração e recreio ao ar livre;
- f) combate às contaminações do ar, da água e do solo.

Tem-se então que o turismo rural pode garantir sustentabilidade ambiental como acrescenta a autora:

*(...) perante os custos sociais e ambientais do turismo de massa, convencional, gregário, quase popular, próprio de uma sociedade de consumo, organizado “industrialmente”, afirmam-se procuras diferentes, novas, responsáveis e sustentáveis, seletivas em termos econômicos e em valores e comportamentos pessoais, preferencialmente no próprio país e em regiões não muito distantes, prefigurando talvez o turismo do futuro: um turismo individualizado, de escala humana, bem integrado aos locais de destino, de estrutura*

*familiar e artesanal, culturalmente rico, não necessariamente muito dispendioso, mas raramente com o cunho de turismo social.*  
CAVACO (apud GRAZIANO DA SILVA et al., 2000).

Entende-se que o espaço rural é a retomada do futuro para os cidadãos de áreas urbanas. O turismo de massa compromete e descaracteriza o meio natural e artificial. Sendo assim, precisa-se vivenciar estas áreas mais isoladas, que possuem valores humanos imensuráveis, a custos como cita a autora não necessariamente dispendiosos.

Segundo CAMPANHOLA (1999) e GRAZIANO (1999), a agricultura não poderá ser a única base econômica para o desenvolvimento do meio rural a longo prazo, e estratégias econômicas alternativas já são evidenciadas em muitos países para manter o homem no campo. O turismo no meio rural poderá ser um dos vetores do desenvolvimento local<sup>4</sup>, em que as decisões sejam tomadas pela comunidade e que haja controle dos processos de desenvolvimento por atores sociais, e que as comunidades locais se apropriem dos benefícios gerados.

Os argumentos dos autores justificam-se, pois temos assistido a ações de desenvolvimento orquestradas sem qualquer participação dos atores sociais locais, que são os principais interessados em qualquer tentativa de melhorias para as áreas rurais. A atividade turística no meio rural poderá ser uma alternativa complementar às atividades já desenvolvidas, cabendo à própria organização local verificar se há na região vocação para tal segmento, ou é melhor optar por outra atividade.

Os autores citam aspectos positivos para o desenvolvimento do turismo no meio rural como: forma de valorização do território; proteção do meio ambiente e conservação do patrimônio natural; histórico e cultural do meio rural. Estes aspectos são válidos desde que a gestão ocorra em âmbito local, a partir dos pequenos proprietários de terra com total autonomia.

O agroturismo como conceituado por (CAL S et al., 1995, apud CAMPANHOLA & GRAZIANO, 1999):

---

<sup>4</sup> É um desenvolvimento desde a base, ou seja, de baixo para cima; é auto-centrado, pois prioriza as decisões comunitárias nos planos gerais de desenvolvimento; e é endógeno, pois mobiliza os recursos disponíveis com o fim de promover o desenvolvimento (PÉREZ & GIMÉNEZ; citado por ALMEIDA & BLÓS, 1998 apud CAMPANHOLA & GRAZIANO, 1999)

*“prestação de qualquer serviço turístico, por motivos de férias e com preço, realizado no interior da exploração agrária, que se encontre em plena atividade agrícola, pecuária e florestal”.* (CALS et al., 1995, apud CAMPANHOLA & GRAZIANO, 1999)

Conforme já se apresentou anteriormente e assinala o MTur é preciso compreender a heterogeneidades regionais e as diferenças no estágio de desenvolvimento das diversas iniciativas de turismo empreendidas nos territórios rurais brasileiro. Em decorrência desta realizada sem o intuito de minimizar tais questões o Ministério constrói estratégias de consolidação do turismo rural, agrupando sob o mesmo conceito as definições de agroturismo e turismo na agricultura familiar.

Agroturismo é considerado como uma derivação do turismo rural, o termo é adotado em algumas regiões, como no estado do Espírito Santo, sendo apresentado por (GRAZIANO et al., 1998, apud CAMPANHOLA & GRAZIANO, 1999) apresentam um conceito mais detalhado sobre agroturismo:

*“atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade. Devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtores agrícolas e bens não-materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro etc.) a partir do “tempo livre” das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão-de-obra externa. São exemplos de atividades associadas ao agroturismo: a fazenda hotel, o pesque-pague, a fazenda de caça, a pousada, o restaurante típico, as vendas diretas do produtor; o artesanato, a industrialização caseira e outras atividades de lazer associadas à recuperação de um estilo de vida dos moradores do campo”.* (GRAZIANO et al., 1998, apud CAMPANHOLA & GRAZIANO, 1999)

Para a conceituação de turismo rural na agricultura familiar – a presença predominante da agricultura familiar no meio rural brasileiro e o expressivo número de empreendimentos e atividades turísticas a ela vinculado, aliado à necessidade política de valorização desse tipo de agricultura, fez surgir um forte movimento em torno do turismo empreendido por agricultores familiares<sup>5</sup>. Assim, o turismo rural na agricultura familiar é entendido como:

---

<sup>5</sup> No enquadramento do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), são considerados agricultores familiares os produtores rurais que atendam aos seguintes requisitos: sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da reforma agrária; residam na propriedade ou em local próximo; detenham, sob qualquer forma, no máximo 4 (quatro) módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor, ou no máximo 6 (seis) módulos, quando se tratar de pecuarista familiar; no mínimo 80% (oitenta por cento) da renda bruta familiar devem ser provenientes da exploração agropecuária

*“A atividade turística que ocorre no âmbito da unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem-estar aos envolvidos”.* (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO e MINISTÉRIO DO TURISMO, 2003)

É possível concluir que o recente interesse pelo segmento por parte do governo e do próprio setor privado, se deve ao fato de ser no meio rural que esta atividade se fundamenta como alternativa para manter seus trabalhadores no campo, juntamente com o significativo aumento de interesse de moradores de regiões urbanas em conhecer a ruralidade. Os contrastes entre as regiões a cada dia diminuem, contudo, é evidente que o contato com a terra e com a natureza sempre será um atrativo diferenciador.

Ao complementar a renda da agricultura o turismo rural pode garantir a sustentabilidade econômica, social e cultural. Agregando valor ao seu patrimônio cultural ao conservar a culinária local, as tradições de músicas, danças, costumes, entre outros. Para a sustentabilidade social é importante ressaltar a nova dinâmica dos estabelecimentos rurais as quais exercem atividades turísticas, a inserção das mulheres rurais neste contexto. A seguir se analisa a referência histórica da mão-de-obra feminina para relacionar com o turismo rural.

#### 4. TRABALHO FEMININO E TURISMO RURAL

ABROMOVAY, segundo BIANCHINI (2001) analisa as novas relações sociais estabelecidas no campo, para atividades não-agrícolas, como é o caso do turismo rural, principal enfoque deste trabalho. A estrutura familiar foi alterada no meio rural, a partir de uma nova reconstrução dos papéis desempenhados. Até então a agricultura era um espaço exclusivo do homem e cabia a mulher manter a organização do lar e dos afazeres ligados ao cuidado com filhos, animais, entre outros, sem qualquer tipo de remuneração financeira. Essas tarefas são compreendidas como próprias do sexo feminino.

Com a expansão das atividades turísticas nas propriedades rurais há uma inclusão da mão-de-obra feminina que passa a atriz principal de um cenário ao qual sempre foi coadjuvante, ou seja, elas iniciam uma nova construção de sua identidade como ser produtivo e social, e observa-se alterações significativas na relação entre homem e mulher, a qual analisaremos mais tarde.

Aborda-se inicialmente o reexame das idéias de ENGELS realizada por KAREN SACKS (1979) quanto ao papel social da mulher em relação ao homem. Tendo em vista os aspectos históricos nas primeiras etapas das sociedades, os recursos produtivos pertenciam igualmente às comunidades, os alimentos eram colhidos e cozidos diariamente. A produção ocorria unicamente para consumo, para as necessidades de subsistência. Não havia sobras para trocas. A família como conhecemos na era moderna não existia, mas sim:

*“em famílias comunitárias primitivas, que abrangiam numerosos casais e seus filhos, sua administração que era confiada às mulheres, era tanto uma atividade pública socialmente necessária, quanto o fortalecimento de alimentos feitos pelos homens”.*  
(ENGELS, 1891 apud SACKS, 1979)

Segundo o autor, a principal transformação da mulher de membro igualitário da sociedade, para esposa subordinada, inicia-se com a domesticação de animais de grande porte. Estes animais domésticos por sua vez, eram posse “privada” o que significa dizer propriedade de um indivíduo de uma família, onde os direitos de conduzi-la cabe a um dos proprietários. Neste

momento se inicia o processo de apoderamento dos homens como “gestores” das propriedades.

A partir da domesticação de animais de pequeno porte o homem estabelece relação de troca com as demais propriedades de entorno. Sendo assim, seu papel social se transforma: antes meramente atuante para subsistência, agora efetivamente gestor de trocas comerciais. A propriedade e tudo que compreende seus limites possui um dono e o papel social da mulher se transforma em subordinação. A mulher somente terá atividades vinculadas ao lar e ao auxílio de seu pai, filho ou marido. É assim que a propriedade privada transformou as relações entre homens e mulheres dentro da família, pois as relações sociais sofreram alterações. A possibilidade de excedentes de bens para trocas e o avanço do capitalismo industrial deixou o trabalho feminino para uso familiar.

Atualmente as relações de gênero de acordo com BRITO e ZAPATA (2007), de forma geral desfavorecem as mulheres em itens como: educação discriminatória nas escolas, na família e na igreja. Ocorre também no campo do trabalho, no qual o sexo é fator preponderante para remuneração, distribuição de atribuições, poder e controle de processo e resultados oriundos dos trabalhos.

O relatório do Banco Mundial elaborado por PENA e CORREIA (2003) se aborda a questão de gênero no Brasil. Para o item trabalho, como tendências gerais, aponta profundas mudanças nos papéis sociais e no trabalho das mulheres como resultado de transformações demográficas, socioeconômicas, políticas e culturais, durante as últimas duas décadas. Esse processo tem as suas raízes na década de 1950. Uma queda importante na fecundidade reduziu a taxa nacional de 6,3 nos anos de 1950 para 2,4 em 1999 (PNAD, 1999). Embora tenha ocorrido especialmente nos centros urbanos e nas regiões mais desenvolvidas, a queda na fecundidade reduziu a quantidade de trabalho associado com as tarefas reprodutivas e domésticas. Sendo assim, facilitou a incorporação das mulheres na força de trabalho assalariada.

O acesso maior das mulheres a todos os níveis de educação também contribuiu para as transformações dos papéis relacionados a gênero e a divisão de gênero no trabalho. Conclui-se que o acesso ao mercado de

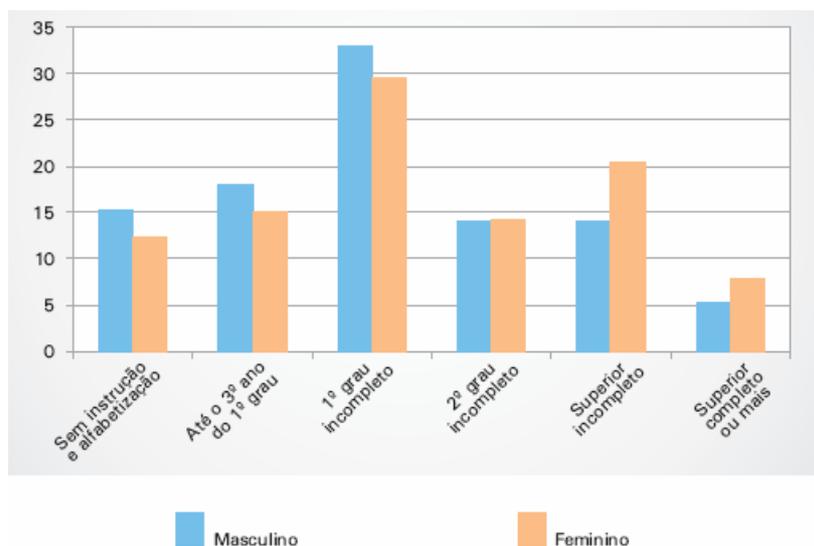
trabalho está maior. No entanto, o acúmulo de atribuições também. Elas trabalham nas tarefas do lar que não são consideradas de potencial produtivo. Sendo assim, são denominadas com discriminação como tarefas “de mulher”. Nas escolas, a mulher ocupa em geral postos de trabalho pouco qualificados. Mesmo quando têm melhor qualificação, observa-se que recebem remunerações mais baixas. Desta forma, a segregação ocupacional, persistiu apesar das mudanças há distinção entre salários médios dos homens e das mulheres.

Como a atividade turística ocupa muita mão-de-obra pouco qualificada e de renda baixa (TAKASAGO E MOLLO, 2008), há muitas mulheres no mercado de trabalho turístico. O segmento de turismo rural, por sua vez, desenvolve atividades femininas como a culinária, o artesanato, o cuidado com a hospedagem. Assim, pode-se constatar muitas alternativas de emprego para as mulheres no turismo rural.

O Gráfico 1 revela, para o Brasil, a já conhecida superioridade feminina em relação ao nível de instrução, pois, no ano de 1997, as mulheres ocupadas tinham nível de instrução mais elevado do que os homens. Ainda que a proporção dos que tem 2º grau incompleto seja aproximadamente a mesma entre os homens e as mulheres, nos primeiros níveis de instrução (até o 1º grau incompleto), a participação masculina era sempre superior enquanto entre os que atingem o curso superior predominam as mulheres.

Gráfico 1

Nível de instrução da população ocupada, segundo o sexo - Brasil - 1997



Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1997: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

Nota: Exclui-se a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

No que se refere ao mercado de trabalho nas atividades turísticas sabe-se que o turismo é um serviço prestado por muitas pessoas de baixa qualificação e renda que ficam geralmente fora dos benefícios. Como se entende no desenvolvimento territorial para obter sustentabilidade é preciso envolver toda a comunidade e nela se encontra a mulher. A atividade turística emprega muitas mulheres que ficam em desfavor nas condições e benefícios relativamente aos homens.

De fato, o turismo rural apresenta-se como uma alternativa importante para inclusão da mulher no mercado de trabalho. Em muitos casos pode-se concluir que o papel social desta trabalhadora sofre alterações significativas. Ao ser remunerada por atividades que cotidianamente já executava a mulher passa a se perceber e desejar coisas que até então não poderia. O contato com turistas também é fator decisivo para tais mudanças, sendo assim, podem incorporar hábitos e costumes de outras populações, ou ao contrário entender que alguns de seus costumes e tradições é que devem deixar de existir. Diante disso, a valorização do trabalho feminino torna-se importante já que há os turistas querem conhecer tais aspectos da ruralidade, e pagam por isso.

No atual contexto de desenvolvimento voltado para o território, em que pesem as ações dos atores locais como: indicar problemas locais e possíveis soluções; desenvolver e participar efetivamente das ações locais; outro item a equidade entre os gêneros é fator altamente relevante para a tão discutida sustentabilidade. Cabe ressaltar que concordamos com BRITO e ZAPATA (2007), ao expor que o tema de desigualdade de gêneros começou a ser entendido como um problema social, por meio das mulheres organizadas em movimentos sociais, e foi sendo elaborado como questão social pelo pensamento feminista.

*“Nos anos 80, o assunto adquire status de questão social para os de desenvolvimento e cooperação técnica internacional e passa a contar com um suporte técnico, o chamado planejamento de gênero, conceito que propaga a idéia de que é possível, necessário e recomendável que sejam desenvolvidas ferramentas para o manejo das questões de gênero nos processos de apoio ao desenvolvimento, em especial para o momento de diagnóstico inicial da situação”.*  
(BRITO; ZAPATA, 2007)

Retomando o relatório do Banco Mundial elaborado por PENA e CORREIA (2003) no qual se aborda a questão de gênero no Brasil, além do nível de escolaridade e das alterações demográficas, as altas taxas de crescimento e o aumento do nível de industrialização e urbanização geraram demanda por mão-de-obra que absorveu novos trabalhadores na força de trabalho e, em especial as mulheres. Ao mesmo tempo, as alterações no padrão de consumo e a disponibilidade crescente de novos produtos no mercado geraram uma demanda por renda familiar complementar.

A participação da mulher na força de trabalho nas áreas rurais de acordo com BRUSCHINI (1998) e PENA e CORREIA (2003) foi, por tradição, subdimensionada. Após uma revisão, em 1991, do conceito de “trabalho”, num censo nacional, se constatou um aumento de mulheres no trabalho agrícola de 14 por cento em 1990 para 23 por cento em 1995. Para os homens, as taxas eram de 28 por cento para os dois anos. (BRUSCHINI, 1998 apud PENA e CORREIA, 2003).

Segundo a ABRATURR apud LOTTICI (2003), 92% da administração do turismo no campo é realizada e conduzida por mãos femininas. Em geral, são esposas, filhas, noras, sobrinhas, netas. A possibilidade de inserção da mulher nesse mercado deve-se um dos fatos da

atividade turística não exigir uma formação específica dos empreendedores tal como observam Pérez e Valiente (in GARCIA RAMON E FERRÉ, 2000: 181):

*“La falta de formación específica que las mujeres rurales suelen tener a la hora de acceder al mercado laboral no agrario no es una barrera en este caso, en el que incluso se sienten seguras al realizar un trabajo que llevan haciendo a lo largo de generaciones y para el que están preparadas”.*

As práticas de turismo rural em muitos momentos assemelham-se ou coincidem, com as tarefas domésticas, que são representadas como tarefas femininas, cujo patamar é considerado inferior, desvalorizadas em relação às outras atividades exercidas por homens. Daí a participação da mulher ser algo a destacar nesse segmento.

Observa-se, ao concluir esse capítulo, que o fato da mulher ter no turismo rural um papel importante, ampliando-lhe a renda e a importância econômica no meio familiar, pode se constituir em fato importante de sustentabilidade social já que inclui social e produtivamente uma parcela de população discriminada.

A seguir se apresentam os indicadores socioeconômicos que são os resultados obtidos pelo IBGE, observadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD relativamente às pessoas ocupadas nas Atividades Características do Turismo – ACT. Referem-se ao trabalho exercido em qualquer tipo de estabelecimento tenha este registro formal ou não.

No ano de 2003, a PNAD estimou em 5 495,8 mil o número de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, cujo trabalho principal era exercido nas ACT. Nesse conjunto de pessoas, observa-se o predomínio do gênero masculino em relação ao feminino: os homens totalizaram 3 496,9 mil, equivalendo a 63,63% do total, enquanto as mulheres participaram com 1 998,8 mil, respondendo por 36,37%. No tocante ao nível de instrução, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, observa-se uma participação semelhante entre os seguintes grupos de anos de estudo: 4 a 7 anos, com 31,29%; 8 a 10 anos, com 23,00%; e 11 a 14 anos, com 26,92% do total.

Refletindo a diversidade das atividades econômicas que constituem as ACT, observa-se uma distribuição homogênea entre grupos de pessoas com níveis de instrução bastante distintos: as que possuíam até 7

anos de estudo totalizaram 2 484,5 mil e representaram 45,21% do total, enquanto as que possuíam 8 anos ou mais de estudo responderam por 54,40% do total, ou seja, 2 989,9 mil pessoas. O Gráfico 2 ilustra a distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com trabalho principal na semana de referência nas Atividades Características do Turismo, quanto aos anos de estudo.

**Gráfico 2**

**Percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com trabalho principal na semana de referência nas Atividades Características do Turismo, por grupos de anos de estudo - Brasil – 2003**

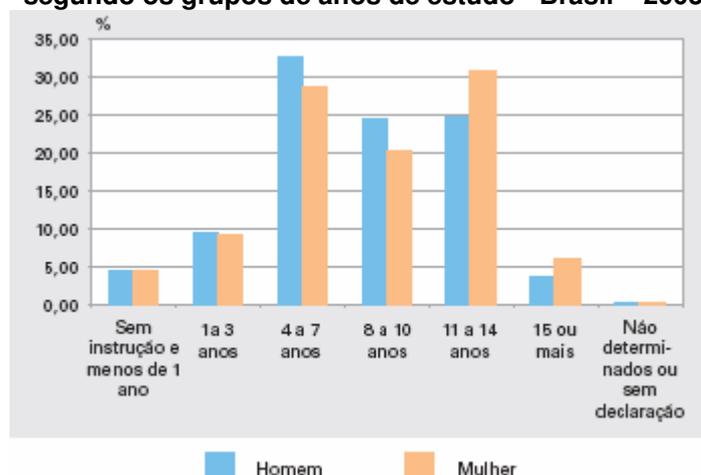


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003.

Na distribuição do nível de instrução, por sexo, observa-se a maior escolarização das mulheres. Dentre os homens, o grupo de 4 a 7 anos de estudo apresentou a maior participação (32,72%). Entre as mulheres, a faixa de maior participação (30,73%) correspondeu ao grupo de 11 a 14 anos de estudo (Gráfico 3).

Gráfico 3

**Percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com trabalho principal na semana de referência nas Atividades Características do Turismo, por sexo, segundo os grupos de anos de estudo - Brasil – 2003**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003.

Do total de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, cujo trabalho principal na semana de referência era exercido nas ACT, em 2003, cerca de 3 229,0 mil, ou seja, 58,75% eram empregados. Os trabalhadores conta própria totalizaram 1 629,4 mil pessoas, o que correspondeu a 29,65% do total de pessoas ocupadas. O Gráfico 4 ilustra a distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com trabalho principal na semana de referência nas Atividades Características do Turismo, quanto à posição na ocupação.

Gráfico 4

**Percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com trabalho principal na semana de referência nas Atividades Características do Turismo, por posição na ocupação - Brasil – 2003**

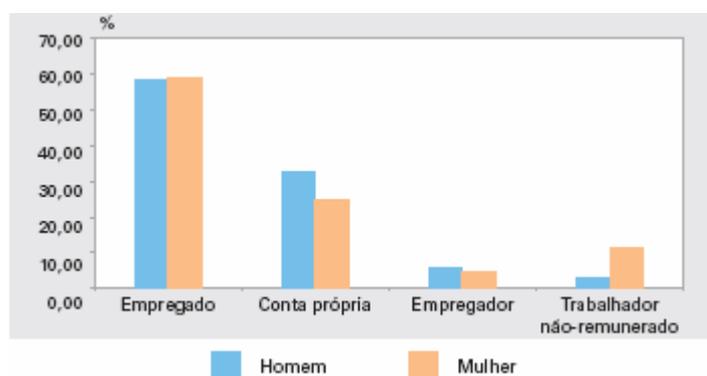


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003.

Na comparação entre os gêneros, observa-se, tanto para os homens quanto para as mulheres, na distribuição por posição na ocupação, maior incidência de pessoas ocupadas na categoria de empregados, sendo de 58,52% desta participação para os homens, e de 59,17% para as mulheres. A maior diferença na distribuição por posição na ocupação nas ACT, entre os gêneros, ocorre na categoria de trabalhadores não-remunerados: entre os homens, apenas 3,04% integraram este grupo, enquanto entre as mulheres esta participação foi de 11,18% sustentando sim a discriminação. O Gráfico 5 ilustra a distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com trabalho principal na semana de referência nas Atividades Características do Turismo, quanto à posição na ocupação, por sexo.

Gráfico 5

**Percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com trabalho principal na semana de referência nas Atividades Características do Turismo, por sexo, segundo a posição na ocupação - Brasil – 2003**

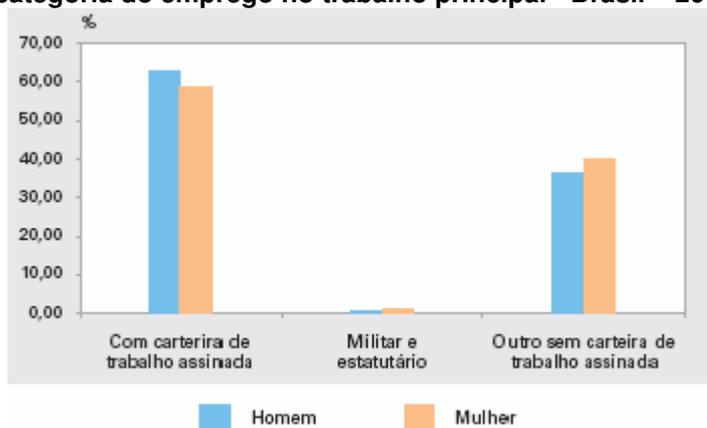


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003.

Entre os empregados das ACT, observa-se a significativa participação da parcela dos empregados sem carteira de trabalho assinada, tanto para homens (36,54%) como para mulheres (40,12%). O Gráfico 6 ilustra a distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com trabalho principal na semana de referência nas Atividades Características do Turismo, quanto à categoria do emprego, por sexo.

Gráfico 6

**Percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com trabalho principal na semana de referência nas Atividades Características do Turismo, por sexo, segundo a categoria do emprego no trabalho principal - Brasil – 2003**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade turística no meio rural tem sido objeto de muitas discussões sob vários aspectos, especialmente no que se refere aos prováveis benefícios para as populações. Esta análise foi conduzida para compreender o papel da mulher como uma das principais agentes no desenvolvimento do turismo no âmbito da agricultura familiar no Brasil. Pretendeu-se esclarecer sua importante participação no segmento. Primeiramente buscou-se esclarecer as alterações ocorridas no meio rural, bem como a inserção da mão-de-obra feminina, a partir do contexto histórico.

O meio rural brasileiro deparou-se com o processo de decadência em que entrou o sistema socioeconômico tradicional. Diante disso, como uma alternativa de sobrevivência no campo, as famílias rurais vêm oferecendo, entre várias outras funções, a prestação de serviços e produtos aos turistas, de forma a agregar valor à produção agropecuária e, conseqüentemente, de renda, tornando-se multifuncionais (ou pluriativas).

A atividade turística no meio rural encontra-se em franca ascensão, que se pode justificar não apenas pelas alterações sofridas no meio, mas pela concepção atual da sustentabilidade, ou seja, valores de ordem ambiental, econômica e ideológica. A busca da paisagem rural em seu entendimento mais amplo é o que muitas pessoas procuram.

Apesar das dificuldades de dados para compreender o papel da mulher no desenvolvimento do turismo rural, especialmente na agricultura familiar, procurou-se informações da inserção da mão-de-obra feminina no Brasil de forma geral, posteriormente nas atividades características do turismo e nas rurais não-agrícolas.

Com isso, pode-se afirmar que a mulher tem papel fundamental no desenvolvimento do turismo rural devido às atividades executadas terem ligação com os afazeres domésticos, como exemplo alimentação, hospedagem, entre outros, que exigem qualificação que ela já tem.

No entanto, é importante ressaltar que a inserção da mulher rende além de melhoria da renda familiar, alterações sociais e culturais. Possibilidade de perder velhos hábitos de inferioridade em relação ao homem, especialmente no que tange ao empoderamento proporcionada pela renda, novas perspectivas de consumo, e altera a hierarquia econômica familiar.

Assim, o turismo se torna uma ferramenta de vastas possibilidades e para o meio rural, colocando-se ainda como alternativa para melhoria da inserção da mão-de-obra feminina.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, José Vicente. Turismo – **Fundamentos e Dimensões**, São Paulo: Ática, 1998.

BIANCHINI, Valter. Estratégias para o desenvolvimento rural. In: **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento. Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

BRASIL, 2003 – disponível em [www.mda.gov.br/saf](http://www.mda.gov.br/saf).

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar**. 2ed, São Paulo: Vozes, 2003.

BRITO Socorro; ZAPATA, Tânia. **Desenvolvimento local e gênero: uma abordagem democrática**. In: Desenvolvimento Local e Participação Social. (Org.) Zapata, Tânia. 2ed. Recife: IADH, 2007.

CÂMARA dos Deputados. **Agenda 21**. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 92. Brasília, 1995.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. **Panorama do turismo no espaço brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor**. In: Turismo no espaço rural brasileiro. Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Piracicaba: FEALQ, 1999.

CAVACO, Carminda. **Turismo Rural e desenvolvimento local**. In: Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. (Org.) RODRIGUES, Adyr. São Paulo: Huitec, 1996.

DIAS, Célia Maria de M, **“Le Pays du Café” - Propostas de utilização turística em fazendas históricas**. Tese de Doutorado. Ribeirão Preto: ECA/USP, 1996.

FARIA, Dóris Santos de. **Sustentabilidade ecológica no turismo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

GIL. A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas. 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? In: **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento Rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**, Campinas, Unicamp, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José et al. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. (Org.) ALMEIDA, J. A. et al. 2ed, Campinas: Papyrus, 2000.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2000, [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

IBGE. **Economia do turismo: análise das atividades características do turismo 2003** / IBGE, Coordenação de Contas Nacionais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE. **Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica número 7: Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil 1992-1997**. Departamento de Emprego e Rendimento. – Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira, 1998.

JAFARI, Jafar. **Modelos de Turismo: los aspectos socioculturales**. Antropologies, 1ª época, nº2, 1994.

LOTTICI KRAHL, Mara Flora. **Turismo Rural: Conceituação e Características Básicas**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Brasília: 2002.

MATTEI, L. **Agricultura familiar e turismo rural: evidências empíricas e perspectivas**. Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento Rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008.

MALUF, S. Renato. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. (Org.) LIMA, Dalmo M. de Albuquerque e Wilkinson, John. Brasília: CNPq / Paralelo 15, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; MINISTÉRIO DO TURISMO. **Panorama do Turismo Rural e Agricultura Familiar**. Brasília: 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural no Brasil**. In: Série Documentos Institucionais n.º 1 – SDT. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para o desenvolvimento do Turismo Rural**. Brasil: 2003.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo rural: orientações básicas**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais**. Brasil: 2006.

PENA, M.V. J., CORREIA, M.C. **A questão de gênero no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprinta, 2003.

PREVELOU, C.; ALMEIDA, F.; ALMEIDA, J. A. **Mulher, Família e Desenvolvimento Rural**. Santa Maria: UFSM, 1996.

ROQUE, Andréia. **Turismo rural brasileiro: região sudeste**. São Paulo: Turismo de Campo, 2004.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

RUSCHMANN, Doris van de. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. (Org.) ALMEIDA, J. A. et al. 2ed, Campinas: Papirus, 2000.

SACKS, Karen Engels revisitado: a mulher, a organização da produção e a propriedade privada. In ROSALDO, M. Z.; LAMPHERE, I. (Coord.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

TAKASAGO, M.; MOLLO, M. de L. **Economia do Turismo e Combate à Pobreza no Brasil: potencialidades e o papel do governo na redução de desigualdades**. In: Turismo em Análise - Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da ECA-USP. São Paulo: Aleph, 2008.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Viagem na memória: guia histórico das viagens e do turismo no Brasil**. 2ed, São Paulo: SENAC, 2002.

VEIGA, José Eli da. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento Rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

ZAPATA, Tânia. **Desenvolvimento territorial à distância**. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2007.

## **ANEXOS**

### **ANEXO 1 – CARTA DE SANTA MARIA**

#### **CARTA DE SANTA MARIA**

Os participantes do Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, realizado em Santa Maria-RS e promovido pela Universidade Federal de Santa Maria, na data de 27 a 29 de maio de 1998,

#### **RECONHECEM:**

A importância sócio econômico do Turismo no Espaço Rural;  
O esforço dos poderes públicos, da iniciativa privada, das instituições de ensino e das organizações não governamentais em fomentar o desenvolvimento sustentável local, regional e nacional, por meio das atividades turísticas no espaço rural;  
O nível de excelência dos profissionais na área de turismo como agentes do desenvolvimento sustentável e;  
A falta de estímulo aos estudos, pesquisa e registros quantitativos e qualitativos sobre os impactos sócio econômico do turismo no espaço rural.

#### **CONSIDERAM:**

A necessidade do fortalecimento e integração entre os agentes institucionais, governamentais e privados;  
A existência de legislação que contemple as especificidades da atividade de turismo no espaço rural;  
A dispersão das formas organizadas de entidades profissionais do setor de turismo no espaço rural;  
A não confiabilidade nos registros existentes e a modesta quantidade de pesquisas acarretam uma morosidade no desenvolvimento sócio econômico no espaço rural.

#### **PROPÕEM:**

Que as instituições governamentais estabelecem em parceria com a iniciativa privada, políticas e diretrizes voltadas para o segmento do turismo no espaço rural. A criação de associações locais e regionais integradas a uma instituição de representatividade de âmbito nacional. A revisão da legislação existente que interfere direta ou indiretamente no segmento e na sua conseqüente normatização; O estímulo a capacitação de profissionais por meio de entidades públicas e privadas;  
O estímulo a pesquisa de turismo no espaço rural de maneira que os registros sigam uma terminologia unificada e venham facilitar a interpretação e análises de dados.

## ANEXO 2 – IMAGENS REGIÃO NORTE



Figura 2. Cheiro do Sairé/Pará  
Fonte: Companhia Paraense de Turismo



Figura 3. Santarém/Pará  
Fonte: Companhia Paraense de Turismo



Figura 4. Território Alto Rio Negro/Amazonas  
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário



Figura 5. Território Alto Rio Negro/Amazonas  
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

## ANEXO 3 – IMAGENS REGIÃO NORDESTE



Figura 6. Maragogi/Alagoas  
Fonte: Cooperativa dos Pequenos Agricultores Organizados



Figura 7. Maragogi/Alagoas  
Fonte: Cooperativa dos Pequenos Agricultores Organizados



Figura 8. Rapadura de engenho/Ceará  
Fonte: Secretária de Turismo do Estado do Ceará



Figura 9. Trilha ecológica em Baturité/Ceará  
Fonte: Secretária de Turismo do Estado do Ceará

## ANEXO 4 – IMAGENS REGIÃO SUL



Figura 10. Vinho  
Fonte: Leonid Streliaev – Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul



Figura 11. Pesca  
Fonte: Leonid Streliaev – Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul



Figura 12. Cavalgada  
Fonte: Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte de Santa Catarina



Figura 13. Vista da fazenda  
Fonte: Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte de Santa Catarina

## ANEXO 4 – IMAGENS REGIÃO SUDESTE



Figura 14. Venda Nova do Imigrante /Espírito Santo  
Fonte: Maysa Sena de Carvalho

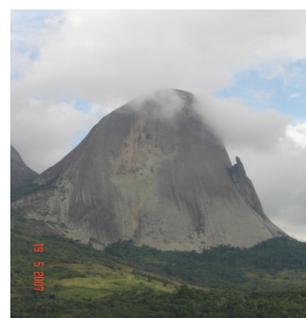


Figura 15. Domingos Martins/Espírito Santo  
Fonte: Maysa Sena de Carvalho



Figura 16. Fazenda  
Fonte: Governo do Estado do Espírito Santo



Figura 17. Panela de Barra  
Fonte: Governo do Estado do Espírito Santo